

Mota-Engil ganha obra na Polónia

A Mota-Engil ganhou um contrato para a construção de parte de uma auto-estrada, na Polónia, numa operação avaliada em 158 milhões de euros, de acordo com um comunicado divulgado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. A companhia de construção estima que a duração da obra deverá ser de 24 meses.



Rui Lança repudia egoísmo no desporto <http://blogs.publico.pt/colectividadedesportiva/>

Sindicatos surpreendidos com novos descontos para ADSE

Raquel Martins

Organizações lamentam que a decisão não tenha sido negociada e vão pedir explicações ao Governo

Os sindicatos estranham que o Governo tenha decidido aumentar os descontos para a ADSE, o subsistema de saúde da função pública, sem antes ter discutido o tema com os representantes dos trabalhadores. Ainda esta semana, seguem pedidos de esclarecimento para o Ministério das Finanças e para a direcção da ADSE.

Em causa estão os funcionários públicos no activo e que foram admitidos antes de 2009 que passarão a descontar também sobre os subsídios de férias e de Natal, reduzindo ainda

mais o seu rendimento líquido anual. A medida põe estes trabalhadores em pé de igualdade com os aposentados e com os trabalhadores admitidos no Estado a partir de 1 de Janeiro de 2009 que já descontam sobre 14 meses, mas desagrada aos sindicatos.

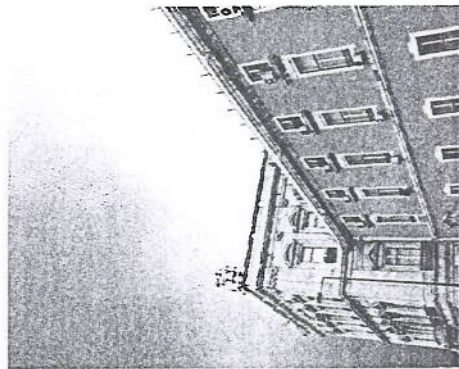
Para Helena Rodrigues, dirigente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), “aparentemente, a medida parece justa ao igualar a situação de todos os beneficiários”, mas deixa de fora um pormenor importante. “Quem entrou na ADSE a partir de 2009 pode optar por sair a qualquer momento, enquanto os trabalhadores mais velhos não podem, porque o sistema é obrigatório”, realça, acrescentando que na prática a decisão é “mais uma forma que o Governo arranjou para cobrar mais qualquer coisa aos trabalhadores”.

O carácter facultativo do sistema de protecção na saúde dos funcioná-

rios públicos foi um dos pontos que chegaram a estar em cima da mesa em Novembro do ano passado, quando o Governo apresentou aos sindicatos uma proposta para reformular

a ADSE. Porém, o processo acabou por ficar pelo caminho e ainda não foi retomado. Jorge Nobre dos Santos, coordenador da Frente Sindical para a Administração Pública (FESAP), estranha que o Governo nunca tenha abordado o tema das contribuições durante o processo. “Tínhamos uma orientação sobre esta matéria completamente diferente, mas, em altura de crise, o Governo acha que todos os meios são possíveis para arrecadar mais alguma receita”, realça.

Além disso, lembra o responsável da FESAP, quando em finais de 2008 o secretário de Estado do Orçamento anunciou que os novos funcionários teriam que descontar 1,5 por cento sobre o salário e sobre os subsídios, tinha garantido que não havia intenção de alargar a medida aos antigos funcionários. “Os funcionários podem ficar tranquilos”, disse na altura



Ministério alvo de críticas

de Janeiro de 2009. Actualmente, a ADSE tem 581 mil beneficiários que são funcionários públicos no activo. É uma parte deste universo que será obrigada a descontar sobre 14 meses, excluindo os que entraram para o Estado depois de 1

Emanuel dos Santos, citado pela TSF. Também Ana Avoila, da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, critica a forma como o Governo tomou a decisão “ignorando os trabalhadores e os sindicatos”. A decisão, realça, devia ser precisamente a contrária e permitir que os aposentados e os novos funcionários descontassem sobre 12 meses. “O parecer do provedor de Justiça [de 2007] foi sempre no sentido de considerar injusto que os aposentados descontassem mais do que os funcionários no activo e nunca recomendou que houvesse uma uniformização para os 14 meses”, sustenta.